

A construção da memória sobre a batalha do Salado em Portugal

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

A 30 de Outubro de 1340, nas proximidades de Tarifa e junto ao rio Salado, travava-se a batalha que opunha uma coligação de exércitos cristãos, em que pontificavam Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal, às tropas do sultão de Marrocos, Abu-l-Hasan, e do rei de Granada, Yusuf.

A vitória sobre aquela que é considerada a última tentativa de invasão da Península Ibérica a partir do Norte de África teve grande impacto no Ocidente europeu e, desde logo, nos reinos cristãos peninsulares. Não é nosso objectivo proceder aqui à reconstituição dos factos que antecederam este episódio nem abordar a posição dos contendores e a sua evolução no campo de batalha, aliás já estudados por Ambrosio Huici de Miranda na sua obra *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*¹. O nosso propósito é, sim, analisar a construção da imagem ou das imagens historiográficas sobre o confronto e a sua memória, no final da Idade Média, em Portugal².

Os registos que, em Portugal, constituem as primeiras formas de memória histórica sobre a batalha do Salado – e que estarão, aliás, na origem de uma longa tradição sobre o assunto – são as descrições inseridas no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*³ e na *Crónica do Rei D. Afonso IV*⁴. A primeira figura na parte final da biografia de Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital, e resultou de uma refundição do *Livro de Linhagens* operada, cerca de 1380, por alguém relacionado com este personagem e com os hospitalários⁵. Quanto ao trecho da *Crónica*, é da autoria de Rui de Pina, que, no final do século XV e no início do XVI, presumivelmente compilou e trabalhou sobre textos anteriores.

Relativamente aos textos cronísticos, Lindley Cintra admitiu que a primeira redacção, hoje desconhecida, da *Crónica Geral de 1344* incluísse já uma referência ao Salado⁶.

1. Madrid, CSIC, 1956, pp. 331 e ss.

2. Retomamos aqui, parcialmente, um nosso estudo anterior sobre este tema: cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, "O Sangue, a Cruz e a Coroa. A memória do Salado em Portugal", *Penélope*, 2, (1989), 27-48.

3. Editado por J. MATTOSSO, Academia das Ciências de Lisboa, 2 vols., Lisboa, 1980, 21G15, 239-257. Passaremos a citar o *Livro de Linhagens* por LL.

4. Publicada por Carlos da Silva Tarouca, *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Academia Portuguesa da História, II, Lisboa, 1952. Sobre o Salado vejam-se os caps. LII-LXII, 299-349, sobretudo o cap. LXII, 338-349. Passaremos a citar a *Crónica do Rei D. Afonso IV* por *Crónica*.

5. Sobre a autoria do relato do Salado veja-se A. J. SARAIVA, "O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro", *Boletim de Filologia*, XXII, (1971), 1-16 e J. MATTOSSO, "Introdução" ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. cit., 41-50.

6. "Introdução" à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ed. facsimilada da 1ª ed., I, Lisboa, 1983, XXXVI.

No entanto, os manuscritos quatrocentistas portugueses da segunda redacção da *Crónica de 1344* ou não fazem alusão ao Salado (como ocorre no exemplar existente na Academia das Ciências de Lisboa), ou incluem apenas um breve apontamento, (como ocorre com o códice da Biblioteca Nacional de Paris). Para este último caso, dispomos de uma cópia manuscrita do século XVII, depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa; segundo Lindley Cintra, as variantes que apresenta em relação ao códice de Paris apenas se devem à modernização de algumas formas, a erros de leitura e a algumas, raras, inovações arbitrárias⁷. O passo sobre o Salado é, de qualquer modo, muito breve e de reduzida importância para a fixação de uma memória acerca da batalha. Nele se diz, apenas, o seguinte:

“Ca [Afonso IV] lhe fez [a Afonso XI] depois muitas e boas ajudas assi de sua frota como de sua pessoa e de seus naturaes ca o foy ajudar quando ouve a batalha em Tarifa com el rey de Bellamarim e com os outros reis mouros, onde os portugueses provaram valentemente. Esta batalla se chama a do Sellado, a qual vençida se tornou el Rey de Portugal per seu reino, com muita honra”⁸.

Quanto aos manuscritos castelhanos do século XV existentes em Madrid, Lindley Cintra refere que dois deles abordam mais circunstanciadamente a batalha, mas a sua importância terá sido nula para o estabelecimento de uma memória histórica do Salado em Portugal⁹.

Por seu turno, a recente edição crítica da *Crónica de Portugal de 1419*, da responsabilidade de Adelino de Almeida Calado¹⁰, muitas vezes considerada como a principal fonte de Rui de Pina para a redacção da sua crónica do reinado de Afonso IV, não inclui qualquer menção ao sucesso do Salado. Não parece, pois, existir nenhuma dúvida acerca da importância dos relatos inseridos no *Livro de Linhagens* e na *Crónica de Afonso IV* para a cristalização da memória sobre a batalha, em Portugal. Não se infira daqui, no entanto, que não existiram em Portugal outras formas de celebração da vitória cristã de 1340; de facto, há várias referências que atestam mesmo uma evocação litúrgica disseminada por diversas dioceses do país (geralmente designada “*festa da Victoria Christianorum*”) e que se prolongou no tempo desde data pouco posterior à batalha até ao século passado¹¹. Por outro lado, integrando-se no que poderemos chamar uma celebração laica da vitória, existiu uma canção de gesta entretanto desaparecida, da autoria de Afonso Geraldês, personagem que poderá ter participado nos combates e que escreveu um poema sobre Afonso IV que inclui uma parte relativa ao Salado¹². De qualquer modo, estes registos não tiveram grande alcance para a construção de uma

7. *Ibidem*, DXX-DXXI.

8. Lisboa, Biblioteca Nacional, Códice 8650. Cap. 434, fl. 386v.

9. Vejam-se algumas passagens em Luís Filipe Lindley CINTRA, *op. cit.*, I, CLXIV-CLXV.

10. *Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida A. CALADO, Universidade de Aveiro, 1998.

11. Cf. S. CORBIN, “Fêtes portugaises. Commémoration de la victoire chrétienne de 1340 (Rio-Salado)”, *Bulletin Hispanique*, Bordéus, XLIX, (1947), 2, 212 e 216; *idem*, *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Age (1100-1385)*, Paris, Institut Français au Portugal, VIII, 1952, 382.

12. Sobre Afonso Geraldês veja-se M. MARTINS, “Frei Álvaro Pais e o Poeta Afonso Geraldês”, in *Estudos de Cultura Medieval*, 2ª ed., II, Lisboa, Brotéria, 1980, 70-76. O poema português de Afonso Geraldês revela uma estrutura semelhante e, inclusivamente, versos iguais aos de um outro eventualmente da autoria de Rodrigo Yañez sobre Afonso XI de Castela; veja-se, a este propósito, Diego CATALÁN, no apartado “La

memória especificamente historiográfica, em Portugal; ao contrário do que sucedeu com os trechos inseridos no *Livro de Linhagens* e na *Crónica* de Afonso IV.

Em ambos estes textos são apresentados com grande pormenor vários elementos descritivos sobre os antecedentes imediatos do combate, sobre a lide propriamente dita e sobre a dimensão e os efeitos da vitória cristã. Desde logo, os sinais da natureza como que permitem uma antevisão do embate militar, com as névoas e a escuridão das vésperas a contrastarem com o dia claro e resplandecente em que teve lugar a peleja¹³. Por outro lado, os dois textos conferem grande destaque aos números dos exércitos em presença. É claro que, como tantas vezes sucede neste tipo de narrativas sobre a guerra, não se trata de uma procura do rigor numérico, mas sim de um artifício estilístico que visa marcar com clareza a diferença entre os campos cristão e muçulmano. Assim, como se não bastasse a afirmação de que nas tropas dos reis mouros “avya tamtas e tam desvayradas gemtes que pareçya que em todas as partes d Asya e d Africa nom podia aver tamtos”¹⁴, ainda se reforça a imagem da desigualdade dos dois exércitos dizendo que os cristãos eram menos do que a quarta parte dos seus opositores¹⁵. Mas será na contabilização das baixas que a manipulação dos números assumirá maior expressão, exagerando as perdas dos vencidos para realçar a coragem e a glória dos vencedores; se o *Livro de Linhagens* indica 57 mil e trezentos muçulmanos entre mortos e cativos¹⁶ e a *Crónica* refere 450 mil mortos¹⁷, a discrepância destes dados e eles próprios, em si, pouco ou nada significam. O que lhes dá sentido é a já referida diferença, por este meio acentuada, face ao ocorrido entre os cristãos: nestes, os mortos, ou por milagre não passavam de vinte¹⁸, ou a sua pouca expressão nem sequer merece ser mencionada. De facto, mais do que uma quantidade, o elemento numérico exprime uma *qualidade* que demarca os cristãos dos mouros; qualidade patente na bravura de um exército que, apesar da inferioridade numérica, provoca a devastação no campo contrário, valorizando ainda mais a vitória, mas que sobretudo assinala o lado dos eleitos, dos que puderam contar com a intervenção do sobrenatural, do “gramde mylagre” pelo qual se visa mostrar aqueles a quem Deus brinda com os seus favores.

O pormenor, a vivacidade e o colorido com que a batalha é descrita estão também presentes nos dois relatos que temos vindo a acompanhar. Tais recursos não só conferem um traço realista às narrativas, acentuando a extrema violência do embate, como ainda apontam para uma concepção simbólica na qual múltiplas referências ao sangue e à sua cor vermelha dão o tom sobre o fulgor e a dor inerentes à batalha, mas também sobre a purificação¹⁹ resultante do confronto dos cristãos com os inimigos da sua fé.

Os dois relatos conferem de igual modo uma aparentemente estranha relevância ao campo muçulmano. Este aspecto, pouco frequente em narrativas congêneres, não

Gran Cronica y la historiografia en prosa y en verso sobre Alfonso XI”, na Introdução à *Gran Cronica de Alfonso XI*, ed. crítica por Diego CATALÁN, I, Madrid, 1976, 117-118, sobretudo notas 143, 146 e 147.

13. *Crónica*, Cap. LXI, 337.

14. *Ibidem*, Cap. LXII, 339; expressão semelhante no *LL*, 242.

15. *Crónica*, Cap. LXII, 347.

16. *LL*, 256.

17. *Crónica*, Cap. LXII, 347.

18. *Ibidem*.

19. Veja-se, a este respeito, J. E. RUIZ DOMÉNEC, “El sonido de la batalla en Bertrand de Born”, *Medievalia*, 2, (1981), 101.

deve ser apenas entendido como recurso propício a uma dramatização de situações facultada pelo artifício estilístico do discurso directo, mas, essencialmente, como expressão concentrada do desespero na derrota por parte dos mouros e do seu chefe supremo Abu-l-Hasan. Desta forma, nada há de melhor, para sublinhar o significado e as razões da vitória dos reis cristãos, do que pôr os vencidos a falar. Vencidos que, pela sua boca, reconhecem a incapacidade de Maomé para os proteger e, consequentemente, como que testemunham a superioridade dos cristãos, não tanto no plano militar, mas sobretudo no plano religioso. É assim que se escreve que os mouros “disseram que seu Mafamede nom havia poder pera os defender”²⁰ ou que se dá conta da revolta do próprio sultão de Marrocos, que “dise contra Deos muy yrosas lamentações, acusando seu poder por comsemtyr em sua deshombra”²¹. Mas não basta este testemunho pela negativa, invectivando Alá por haver abandonado os seus seguidores no momento crucial. Para que não restem dúvidas do carácter extraordinário e sobre-humano da vitória cristã, é, uma vez mais, um inimigo quem afirma, na primeira pessoa e em discurso directo, que “eu vi cousas estranhas e tam maravilhosas que por homees nom se poderia pensar”²².

Não é, pois, o traço exótico que ressalta na descrição do *outro* de que nos dão conta os dois textos que temos vindo a seguir. A função literária, histórica e, se quisermos, teológica dessa descrição é a de, através de argumentos em que se entrecruzam razão e sentimento, explicar de forma directa e inequívoca as causas do triunfo cristão, só compreensíveis por ocorrências “estranhas e tam maravilhosas”. O *outro* surge, desta forma, como alguém que, exactamente por estar em oposição ao campo em que se inserem os narradores, acaba por reforçar e até legitimar a versão e o ponto de vista destes últimos.

Para a formação da coligação das tropas cristãs no Salado tinha sido preponderante a acção do papa Bento XII, contribuindo decisivamente para que se estabelecesse a paz nos reinos que se guerreavam e, particularmente, para pôr fim aos conflitos bélicos que opunham Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal. Recorde-se que o rei castelhano não só se confrontava com problemas internos que o opunham a um sector da grande nobreza encabeçado por D. Juan Manoel e D. Juan Nuñez de Lara, como estava também a contas com guerras, por distintos motivos, contra Navarra, Aragão e Portugal²³. Como motivo fundamental dos propósitos papais estava o facto de ser cada vez mais sentida na Cristandade a ameaça muçulmana na Península Ibérica. Daí que Bento XII, sediado em Avinhão, exercesse toda a sua influência para

20. *LL*, 249.

21. *Crónica*, Cap. LXII, 345.

22. *LL*, 252.

23. Sobre a acção de Bento XII neste contexto, veja-se R. PEREZ-BUSTAMANTE, “Benedicto XII y la cruzada del Salado”, in *Homenaje al Prof. Dom Justo Pérez de Urbel*, II, Abadia de Silos, 1977, 177-203. Sobre a guerra com Portugal veja-se M.-C. MAHAUT, “Le rôle pacificateur du Pape Benoit XII dans le conflit de la Castille avec le Portugal (1337-1340)”, in *La guerre et la paix au Moyen Age. Actes du 101^e Congrès National des Sociétés Savantes (Lille, 1976)*, Paris, 1978, 225-239. Para as relações entre os dois Afonsos, de Portugal e de Castela, veja-se M. GARCÍA FERNÁNDEZ, « Las relaciones internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía (La participación portuguesa en la Gran Batalla del Estrecho, 1325-1350) », in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, I, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1987, 201-216.

estimular a unidade dos reis cristãos para a defesa da Espanha, sobre a qual impendia o perigo do império meaindo estabelecido no Norte de África.

A concessão da bula de cruzada aos monarcas peninsulares, em 1340, inscreve-se, portanto, nesta acção pontifícia. Para além das indulgências concedidas aos que combatessem os mouros, a Igreja canalizava para Castela uma significativa ajuda material destinada a fazer face às despesas militares. O espírito de cruzada encontra-se, pois, presente de forma explícita nas razões que conduzem os exércitos cristãos às margens do rio Salado. No caso português, a participação na batalha foi já mesmo vista como uma suprema manifestação da ideia de cruzada²⁴. De facto, este ideal está bem patente nos dois relatos que temos vindo a examinar, quer nas referências expressas constantes da *Crónica*, nas quais se menciona a *cruzada*, a *samta batalha* ou a *Samta Cruzada*²⁵, quer, principalmente, nos motivos aduzidos para a explicação da vitória cristã, comuns aos dois textos. Num como noutro é possível distinguir três momentos bem demarcados no decurso do prélio propriamente dito. Logo de início, antes ainda do choque entre os exércitos, surge a profecia sobre o desfecho do combate, na qual, pela voz de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital no reino português, é anunciado o triunfo e o facto de que Afonso IV havia de “vencer primeiro”, por acção da Vera Cruz de Marmelar, uma relíquia do Santo Lenho que os portugueses haviam transportado consigo²⁶. O significado e a importância da antevisão de Álvaro Pereira são mesmo enfatizados quando, já depois de consumada a vitória, o relato inserido no *Livro de Linhagens* recorda o tom profético das suas palavras, escrevendo-se que “aqui se cumpriu o que disse o priol dom Alvaro de Pereira a el rei dom Afonso, que el, pela Santa Vera Cruz e pelos nobres fidalgos, havia de vencer primeiro”²⁷. Na *Crónica* afirma-se, a este respeito, que “Ell Rey de Purtugall foy nesta batalla o primeyro vytyroso, e que della como prymcypall vemçedor mereço ho prymcypall louvor, asy como o Pryoll do Crato na comfyaça da Vera Cruz e na esperança de sua vertude lhe prometera”²⁸.

Num segundo momento, a tónica é posta nas dificuldades por que passaram os cristãos; o “cansaço” e o desfalecimento, a “gramde agonya e muyta fraquesa”²⁹ tolhiam-lhes os braços, mas não a “bondade de seus corações”³⁰, não obstante os mouros estarem cada vez mais folgados³¹. Na dramatização da narrativa do *Livro de Linhagens* recorre-se novamente às imagens visuais e auditivas que, associadas a um sentimento – a *amargura* – exprimem com grande carga simbólica o desespero vivido (“Esta hora foi aos cristãos d’escoridõe, d’amargura, de gemidos”³²). É este desespero que, assim retratado, os leva a interpelarem directamente a divindade, para que o Céu

24. C. ERDMANN, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940, 54.

25. *Crónica*, Cap. LVI, 317, Cap. LXI, 335, Cap. LXII, 338.

26. Sobre a história e a lenda desta relíquia da Vera Cruz veja-se J. MENDEIROS, “O Santo Lenho da Sé de Évora”, *A Cidade de Évora*, 33-34, Ano X, (Julho-Dezembro de 1953), 259-298.

27. *LL*, 249.

28. *Crónica*, Cap. LXII, 341.

29. *Ibidem*.

30. *Ibidem*; idêntica passagem no *LL*, 247.

31. *LL*, 247.

32. *Ibidem*, 246.

se declare. E é com este apelo que a batalha entra, decisivamente, no domínio do sagrado. Aqui se situa o cerne do drama habilmente tecido no *Livro de Linhagens*, se joga toda a carga psicológica criada por uma pena manuseada por alguém que conhecia a fundo as técnicas da oratória³³ e se opõem, de forma concentrada, os princípios do Bem e do Mal:

“E diziam [os cristãos] contra Jesu Cristo: ‘ Senhor, porque entraste no ventre da Virgem Maria e naciste dela, e foi virgem ante parto e depois parto? Senhor, porque te prouve de receber morte por salvação dos cristãos? Senhor, porque ressurgiste ao tercer dia a tirar os que jaziam em trevas e em coita? Senhor, porque mostraste caminho de salvação pelos sacramentos que nos diste? Senhor, porque nos mostraste em como fezessemos egrejas em que te louvassemos e seguissemos? Pois de todo esto hoje faleces a toda a Cristaidade!’”³⁴.

Com o reaparecimento da Vera Cruz entramos na terceira e última fase das narrativas, aquela em que ocorre a viragem no curso do combate e em que se consumará o milagre pelo qual os cristãos triunfarão sobre os muçulmanos. É, de facto, a cruz que traz a vitória, é ela que devasta o campo inimigo e inculca novas e sobrenaturais forças nos defensores da Cristandade. Segundo o relato do *Livro de Linhagens*, os cristãos,

“que estavam já muito esmahados por a força que perderom, olharom por ela e virom-na [à Vera Cruz] andar entre os Mouros, e logo em si sentirom que a graça de Deus era com eles, porque se acharom aquela hora valentes e esforçados come em começo da lide [...]. Ali se mudou a ventura, que estava de choro e de lagrimas e de gram lastima e amargura a toda a cristaidade”³⁵.

Na *Crónica*, por seu turno, afirma-se que

“de dentro das mais trauadas batalhas ha trouxeram [à Vera Cruz], e com ella ho cleriguo [...] que sem receber dano, há trazia aleuantada. E com a sua vymda e com as palavras d esforço, que com ella loguo se disseram, el Rey e os Purtugueses, como refrescados de hum novo e gramde fauor, leuamdoa outra vez diante de si, cometeram tam ryjamente os Mouros, que loguo com vertude da Cruz, mylagrosamente se mudou a ventura, que dantes aos Christãos parecy a de todo comtrayra”³⁶.

É a Vera Cruz que mostra o caminho (“Os cristãos seguirom a Vera Cruz per u ia”, como diz o *Livro de Linhagens*³⁷), é ela o agente da mutação, é por seu intermédio que o maravilhoso e o sobrenatural actuam e decidem o desfecho da batalha. E, uma vez mais, será aduzida aos relatos a confirmação testemunhal dos mouros, esses inimigos da fé que, exactamente porque o são, acabam por vir reforçar a versão do milagre. Novamente um personagem muçulmano dará conta do “esforço sobrenatural que vyra nos Christãos”, recebendo os favores não da cruz mas de uma “bamdeyra

33. A. J. SARAIVA escreveu, a propósito do autor deste relato: “Este sábio autor que tão bem manejava a repetição e desenrolava o ritmo da frase, é evidentemente um mestre no estilo oratório. A sua narrativa parece mais o sermão de um pregador do que o depoimento de uma testemunha” (*História da Cultura em Portugal*, I, Lisboa, Jornal do Foro, 1950, 336).

34. LL, 246-247.

35. LL, 248.

36. *Crónica*, Cap. LXII, 345.

37. LL, 248.

acompanhada de homens deynos e grandes e houtras cousas, desygnadas mylagres”³⁸. Esta mesma voz, do turco Alcarac, refere, no *Livro de Linhagens*, “uu gram cavaleiro” com “sobressinaes vermelhos”, montado num cavalo com “sobressinaes de prata”, e transportando “ua cruz que esprandecia como o sol, e lançava de si raios de fogo”³⁹, numa clara alusão ao carácter maravilhoso dos eventos que presenciara.

Ambas as fontes não terminam a prosa dedicada à narrativa do Salado sem voltarem a reforçar a natureza sobrenatural do triunfo. No *Livro de Linhagens*, depois de se descrever a desdita de Abu-l-Hasan (que, após o Salado, ainda sofre derrotas impostas pelos seus adversários muçulmanos, vê morrer um filho e é vencido por outro), dele se dizendo que “vio-se muí desbaratado de todo e dos reinos, e morreo com pesar”, conclui-se, numa demonstração da inevitabilidade do castigo divino, que “assi mostra Jesu Christo seus milagres contra os que querem ir contra sa fe”⁴⁰. Por sua vez, na *Crónica* pode ler-se que “claramente se vyo que sobçederam cousas asaz mylagrosas, porque se acharam muytos Mouros e seus cavalos e camelos mortos de tays ferydas, que nam parecyam ser dadas per mãos vmanas”⁴¹, acrescentando-se, no final do respectivo Capítulo, que os reis cristãos deram “muytas graças e louvores a nosso Senhor Jesu Christo e a bemaventurada Virgem Maria, sua madre”, pela “samta e milagrosa vitoria”⁴².

Assim culmina uma inequívoca afirmação do ideal de cruzada que marca profundamente a imagem construída e transmitida sobre o prélio. De resto, esta é uma característica que distingue estes relatos portugueses sobre a batalha do Salado, conferindo-lhes uma especificidade própria se comparados com a descrição constante da crónica castelhana de Afonso XI, da qual está ausente a intervenção do maravilhoso e do sobrenatural. De facto, para além de não existir a mais leve alusão ao episódio da Vera Cruz, são escassíssimas na Crónica de Afonso XI as referências susceptíveis de serem interpretadas como prova da natureza sagrada do combate. Apesar de a expressão “santa batalla” surgir algumas vezes, ela aparece como um formalismo convencional, sem correspondência com um sentido ideológico profundo da narrativa. Só numa breve passagem seria talvez possível descortinar o sinal de uma directa intervenção divina, quando se escreve:

“E Dios, que fue el vencedor en esta sancta batalla, touo por bien que non muriesen alli mas de quinze hasta veynte cristianos de los de cauallo que murieron en el comienço de la pelea. E los moros que fueron ay muertos e captiuos fueron syn cuento muchos dellos”⁴³.

Até aqui destacámos, essencialmente, a perspectiva comum que ressalta das duas narrativas portuguesas sobre o Salado, a primeira elaborada, como vimos, aquando da refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, operada por volta de 1380, e a segunda da autoria de Rui de Pina, no âmbito da composição da Crónica de Afonso IV que terá tido lugar nos últimos anos do século XV ou nos primeiros do XVI. Atentemos

38. *Crónica*, Cap. LXII, 345.

39. *LL*, 243.

40. *Ibidem*, 256.

41. *Crónica*, Cap. LXII, 346.

42. *Ibidem*, 348.

43. *Gran Cronica de Alfonso XI*, ed. crítica por Diego CATALÁN, II. Madrid, 1976, Cap. CCCXXX, 434. Já A. HUICI MIRANDA, a propósito do autor desta Crónica de Afonso XI, chamara a atenção para o facto de que “no recurre a intervenciones sobrenaturales para explicar y realzar el triunfo” (*op. cit.*, 372).

agora num aspecto essencial em que se denotam distintos pontos de vista acerca da batalha. De facto, se a memória historiográfica a que estes textos dão corpo sublinha o carácter milagroso do triunfo e a decisiva intervenção, neste quadro, da parte portuguesa, já o protagonismo individual na vitória alcançada recai em personagens diferentes. E este não é, evidentemente, um aspecto de somenos importância.

O relato do Salado inserido no *Livro de Linhagens* surge na parte final da biografia de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital, por iniciativa dos Pereiras e com claras motivações ideológicas. De facto, os principais valores da ética cavaleiresca ressaltam, desde logo, na importância atribuída ao papel desempenhado pelos *fidalgos*. Os apelos à sua honra e à glória proporcionada pelo triunfo, bem como a invocação dos antepassados “que ganharam a Espanha” ou, por outro lado, a firme certeza da salvação das almas pelos actos praticados ao serviço da fé⁴⁴ ilustram de modo eloquente o referido ideal de cavalaria⁴⁵, ao mesmo tempo que acentuam a relevância dos nobres na concretização do êxito⁴⁶. Nesta perspectiva, a disposição manifestada pelos fidalgos de vencer ou morrer⁴⁷, em resposta à interpelação régia, concorre, também ela, para a legitimação da aristocracia guerreira, através das suas acções militares⁴⁸.

Mas o destaque dos feitos históricos vale tanto mais quanto é o próprio monarca a reconhecê-los e a como que confirmar as prerrogativas da nobreza, no que já foi considerado “o mais admirável resumo [...] da ideologia senhorial medieval”⁴⁹. Ao dirigir-se às suas tropas nos momentos que antecedem a batalha, Afonso IV diz:

“Meus naturales e meus vassallos, sabedes bem como esta terra de Espanha foi perdida por rei Rodrigo e ganhada pelos Mouros, e em como outra vez entrou Almançor, e em como os vossos avoos, donde descendedes, por gram seu trabalho e por mortes e lazeiras, ganharam o reino de Portugal. Em como el rei dom Afonso Anrequiz, com que a eles guanharam, lhis deu honras e coutos e liberdades e contias por que vivessem honrados, e nom tam solamente fez esto a eles, mais por sua honra dava os maravedis aos filhos que jaziam nos berços, e os padres serviam por eles; em como os reis que depois el veeram, aguardarom esto. Eu, depois que viim a este logo, fiz aquilo que estes reis fezerom; e se algua cousa i há pera emendar, eu o corregerei se me Deus daqui tira”⁵⁰.

Pela boca do rei é enunciado o rol dos direitos que os senhores reivindicavam como inerentes à sua condição. No preâmbulo deste “programa”, verdadeiro repertório da ideologia da grande nobreza, estabelecem-se as razões da legitimidade invocada: foram os antepassados dos fidalgos que, pelo seu esforço e sacrifício, “ganharam o reino de Portugal”, tendo por isso recebido a devida recompensa por parte de Afonso

44. *LL*, 245.

45. Os valores da cavalaria presentes no relato do *LL* haviam já sido sublinhados por A. J. SARAIVA, “O Autor da Narrativa da Batalha do Salado...”, 15-16.

46. Na sua profecia, Álvaro Gonçalves Pereira dissera a Afonso IV que “pela sua vertude [da Vera Cruz] e por os bõos fidalgos vossos naturales que aqui teedes, havedes de vencer estas lides” (*LL*, 244, sublinhados nossos). Quando a vitória está confirmada, o autor do relato relembra as palavras do Prior do Crato: “Aqui se cumpriu o que disse o priol dom Alvaro de Pereira a el rei dom Afonso, que el, pela Santa Vera Cruz e pelos nobres fidalgos, havia de vencer primeiro” (*ibidem*, 249, sublinhados nossos).

47. “Senhor, os que aqui estam hoje, este dia, vos faram vencer. ou i todos prenderemos morte” (*ibidem*, 244).

48. J. E. RUIZ DOMÉNEC, *op. cit.*, 89.

49. A. J. SARAIVA, *op. cit.*, 15.

50. *LL*, 243.

Henriques e assegurado a transmissão hereditária das mercês régias. E de tal forma eram inalienáveis esses direitos que o próprio Afonso IV, como corolário do que começara por dizer, se dispunha a emendar o que houvesse a emendar.

Não era possível maior clareza. Recordando os seus feitos passados e realçando a acção dos fidalgos em geral, o que se visava era a salvaguarda e a consolidação das posições por estes adquiridas. E não será fortuito que tenha sido alguém ao serviço dos Pereiras a actuar como porta-voz dos interesses senhoriais, nesse início dos anos oitenta do século XIV⁵¹. Recorde-se que esta linhagem é precisamente uma das que conhecem, ao longo deste período, um significativo processo de ascensão no seio da nobreza, em virtude, nomeadamente, da sua ligação a cargos de chefia das ordens militares⁵².

Vejamus agora a perspectiva da *Crónica de Afonso IV*. Como género literário cultivado pela coroa, a cronística encarna, neste caso, a apropriação da história por parte da realeza. Ao contrário do que sucede na narrativa do *Livro de Linhagens*, em que, como acabámos de ver, o monarca mais não faz do que expressar os desígnios e os interesses da grande nobreza senhorial, na *Crónica de Afonso IV* ele não só possui uma identidade própria como é o protagonista no desenrolar dos acontecimentos. É, de facto, o rei que ocupa o lugar central e assume o principal papel ao longo do texto de Rui de Pina. É, pois, Afonso IV quem lê os sinais da natureza “jnterpretamdo tudo a graça e ajuda de Deos”⁵³, e é também o monarca quem faz uma autêntica profissão de fé quando se declara disposto a ajudar o genro Afonso XI, na luta contra os mouros⁵⁴. De Afonso IV é também a voz que se ergue, no conselho dos reis cristãos realizado em Sevilha antes da batalha, contra os que haviam influenciado o monarca castelhano para que entregasse a cidade de Tarifa aos muçulmanos. Diz então o soberano português:

“Eu nom say do meu Regno de Portugall pera comsemtyr que cydade, vyla, nem castello em tera de Christãos, domde eu estou, se perdesse, nem por mynha homra ho comsemtyrya. Amtes vym e estou prestes pera ofereçer meu corpo a morte, asy como Christo, cujo he esta empresa, ho ffez por nos, e pera em Sua samta Ffee catolyca, cobyçoso do nosso senhoryo, nem cuydo que tenho aquy homem do meu Reyno, nem do meu conselho, que ho asy não aproue, e aja por bem. Ca por se cobrar, e nom perder Taryfa, eu farey como farya pola mais prymçypall çidade de meus Reynos”⁵⁵.

Tal como a *Crónica* expressamente refere, estas “palavras que parecym dyvynamente ynspyradas” são proferidas por um rei que “pareçya fauoreçydo da Graça de Deos”⁵⁶, acabando por fazer mudar a opinião de Afonso XI e dos seus conselheiros. As alusões à inspiração divina e o paralelo com o próprio Cristo conferem ao soberano

51. Sobre a apropriação da memória da participação portuguesa no confronto do Salado pelos Pereiras, veja-se L. KRUS, “A Morte das Fadas: a Lenda Genealógica da Dama Pé de Cabra”, *Ler História*, 6, (1985), 26 e, do mesmo autor, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, JNICT-FCG, sobretudo 135-136.

52. Sobre a ascensão social e política dos nobres através das ordens religioso-militares veja-se J. MATROSO, “A Nobreza e a Revolução de 1383-1385”, in *Obras Completas*, vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, 228-229.

53. *Crónica*, Cap. LXI, 337.

54. *Ibidem*, Cap. LIX, 326-327.

55. *Crónica*, Cap. LX, 329. Este episódio não consta da *Gran Cronica de Alfonso XI*; cf. D. CATALÁN, “La Gran Cronica y la historiografía en prosa y en verso sobre Alfonso XI”, Introdução à *Gran Crónica de Alfonso XI*, I, ed. cit., 95, nota 108.

56. *Crónica*, Cap. LX, 329.

português uma natureza que o aproxima do sobrenatural e o faz intérprete da vontade de Deus. Com o seu conselho e os seus argumentos Afonso IV decide *da* batalha, arrastando consigo os castelhanos; mas, pela sua acção, decide, igualmente, *a* batalha, dele dizendo a *Crónica* que “como prymcypall veyçedor mereço ho prymcypall louvor”⁵⁷.

Quando, antes do confronto, Afonso IV se dirige aos “seus Purtugueses” para evocar a perda da Espanha no tempo do rei visigodo Rodrigo, não deixa de fazer apelo à “omra e boom nome” dos que com ele estavam, para dar continuidade à acção dos monarcas que o antecederam e dos seus “leais vasalos e booms cavaleyros”⁵⁸. Tal como no *Livro de Linhagens*, também aqui é o rei quem assume os ideais de cavalaria que, no caso português, se difundiram a partir da corte e por iniciativa dos próprios soberanos, desde o início do século XIV⁵⁹. Mas se no relato integrado no *Livro* do Conde D. Pedro o rei fala pela nobreza senhorial e quem se destaca é Álvaro Gonçalves Pereira e, através dele, a sua linhagem, ou, de uma forma genérica, os “valerosos fidalgos”, na *Crónica* é o próprio suserano quem sobressai. Mais do que a sua figura pessoal, pretende-se pôr em relevo a realeza e, por essa via, proceder à apropriação da memória da vitória do Salado.

Já depois de consumado o triunfo, o significado e a importância da antevisão de Álvaro Gonçalves Pereira são sublinhados, no *Livro de Linhagens*, pelo recordar do tom profético daquelas que tinham sido as suas palavras:

“Aqui se comprio o que disse o priol dom Alvaro de Pereira a el rei dom Afonso, que el, pela Santa Vera Cruz e *pelos nobres fidalgos*, havia de vencer primeiro”⁶⁰.

No passo da *Crónica* pode ler-se, a este respeito, que

“El Rey de Purtuguall foy nesta batalha o primeyro vitoryoso, e que della como prymcypal veyçedor mereço ho prymcypall louvor, asy como o Pryoll do Crato na comfyança da Vera Cruz e na esperança de sua vertude lhe prometera”⁶¹.

Nestas duas passagens, à primeira vista de idêntico sentido, é bem reveladora, no entanto, a omissão na *Crónica* dos “nobres fidalgos” pelos quais se diz, no *Livro de Linhagens*, que Afonso IV havia de “vencer primeiro”. E não se trata, evidentemente, de uma mera questão estilística ou de pormenor. De facto, a crónica, enquanto registo historiográfico cultivado pela coroa, fazia a contraposição da versão incluída no *Livro de Linhagens* a partir de 1380 e, por certo, muito difundida entre a nobreza e o próprio círculo mais restrito da corte régia. O cronista Rui de Pina como que respondia, assim, directamente, a um reivindicado protagonismo nobre na vitória do Salado. Nessa resposta, o rei é, evidentemente, o herói da peleja e o chefe militar incontestado. Mas um chefe militar que nem por isso deixa de conhecer os valores e os desejos dos seus fidalgos e de reconhecer o seu papel, tanto na guerra como na paz. Um rei que triunfa por si próprio no campo de batalha, mas que se afirma igualmente como supremo zelador dos interesses da nobreza.

57. *Ibidem*, Cap. LXII, 341.

58. *Ibidem*, Cap. LXII, 339.

59. Para o papel da coroa na divulgação do ideal de cavalaria, em Portugal, e, concretamente, no reinado de Afonso IV, veja-se J. MATOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal*, I – *Oposição*, in *Obras Completas*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 102-104.

60. *LL*, 249 (sublinhado nosso).

61. *Crónica*, Cap. LXII, 341.